

As cooperativas populares Reunificar a figura do construtor-morador Cesare Ottolini¹.

Creio que hoje estamos participando de uma etapa histórica da luta pelo direito à moradia. Recordo que na Itália se começou a falar da auto-recuperação no final dos anos 70, com as ocupações de moradia em Bolonha. Existia então uma famosa cooperativa chamada “Quem não ocupa, preocupa” (Quien no ocupa, preocupa), uma declaração de intenções que conseguiu romper o círculo vicioso de ocupação-despejo e que obteve o reconhecimento institucional e a publicação das primeiras convocatórias para a auto-recuperação das moradias municipais abandonadas. Recordo que, em volta de uma mesa, conversávamos sobre isto em uma reunião dos Apeninos toscano-emilianos com os grupos de auto-ajuda, entre os quais se encontravam também umas comunidades de Elfos que pensavam e praticavam coisas interessantes sobre bio-construção.

Discutimos isso em nível internacional durante os primeiros intercâmbios de movimentos sociais e outros atores do setor urbano organizados pela Carta Européia do direito à moradia e a luta contra a exclusão social paralelamente às reuniões dos ministros europeus da habitação. Desejo recordar estes aspectos porque são nossas raízes mais recentes. As outras, mais antigas, as encontramos nos movimentos de bóias-frias, dos trabalhadores rurais sem terra que após a segunda guerra mundial, especialmente - ainda que não somente - na Itália, ocupavam as terras não cultivadas dos latifúndios para dar-lhes uma finalidade social e converte-las em produtivas. Mais ou menos é a que se propõem os sem-teto que ocupam e recuperam o latifúndio imobiliário sem aluguel.

Agora falamos de uma fase distinta.

De uma consideração distinta por parte das instituições. Nessa época se falava de reforma imobiliária porque era essa a disputa mais inflamada. Agora deveríamos falar da necessidade de uma profunda reforma no uso do solo, que está tão intimamente relacionada com a questão da habitação, porque a questão atual da habitação na Europa está se agravando pela ausência cada vez maior de qualquer controle de preços no setor. Somente algumas cifras: na Europa há 60 milhões de pessoas com moradias precárias², quer dizer, 17% da população européia, e há 3 milhões de pessoas literalmente sem teto. Na Itália estamos falando de algumas centenas de milhares de pessoas que sobrevivem em cavernas, debaixo de pontes, em favelas ou em barracas de campanha improvisadas e inseguras.

Isto demonstra a força do poder da propriedade imobiliária e do solo: ninguém pode tocar o monopólio exercido pelos que vivem desta renda, como demonstra o crescente desinteresse político por este tema. Os governos, sobretudo - mas não somente - os de centro-direita, se apressaram em desmantelar o escasso controle e orientação públicos do setor da habitação que havia na Itália, enquanto a União Européia não fica atrás e contribui ainda mais para o seu desmantelamento, menosprezando seriamente o que ainda resiste nos países de mais extensa tradição.

Trata-se de um monopólio que aparentemente dá um golpe nas liberalizações: na realidade, não estamos falando de uma liberdade de escolha ou de uma relação livre entre oferta e procura, senão da possibilidade de impor um preço por parte de quem possui o bem. Portanto, trata-se de um mercado monopolizado pela oferta, ou seja, pela propriedade imobiliária, cujo principal objetivo é a rentabilidade. Sobre a base deste princípio, a propriedade com frequência prefere deixar um imóvel vazio e deteriorando-se a alugá-lo ou vendê-lo por um preço acessível.

Por outro lado, a resposta do mercado após a segunda guerra mundial provocou a divisão do mercado de trabalho: de uma parte, os que constroem as moradias, e de outra, os que as habitam, de maneira que se rompe o conceito e a prática do morador-construtor, do trabalhador rural ou ocupante que construía a sua própria moradia. Portanto, cada vez mais se enfrentam por um lado o morador-usuário-cliente, e por outro o produtor-provedor de serviços-vendedor de mercadorias.

Esta divisão, que tem um forte reflexo também nos mecanismos de exclusão social, é resultado do mercado, não só imobiliário, mas também do mercado de trabalho de forma mais geral. Com efeito, ele têm provocado uma crescente exclusão, ao passar a considerar a moradia como um valor de troca, uma mercadoria especial, em lugar de considerá-la, como deveria, um serviço com um valor de uso não especulativo, isto é, como um direito sobre o qual basear as políticas.

Não obstante, a mesma Constituição italiana, em seu artigo 42, sublinha a função social da propriedade. Trata-se de uma obrigação legal, reforçada pelo artigo 11 do Pacto Internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais, ratificado pelo Parlamento italiano mediante a Lei de 25 de Outubro de 1977, número 881, pela qual a Itália se obriga a melhorar progressivamente as condições da habitação. Os despejos sem realojamento dos últimos meses representam uma violação evidente da lei.

Em outros contextos de estado social mais sólido, especialmente no norte da Europa e nos Estados Unidos da América, após a segunda guerra mundial houve uma intenção de resposta por parte do setor

¹ Coordenador da Aliança Internacional de Habitantes, rede global de associações e movimentos sociais urbanos pelo direito à moradia sem fronteiras. Info: www.habitants.org “Autorecuperação e Autoconstrução: um novo serviço público para a moradia social” (Autorecuperación y Autoconstrucción: un nuevo servicio público para la vivienda social) Roma, 5 de abril de 2007.

² Rapport conjoint sur l’inclusion sociale. Commission européenne. 2002.

público, que havia financiado grandes intervenções estatais no setor da habitação. Porém, apesar da intenção de resistir ao mercado ser digna de elogio, posto que buscava ao menos em parte devolver o valor de uso à moradia, também este tipo de resposta confirmou, de forma geral, a divisão entre morador e construtor.

Trata-se de uma divisão da qual o movimento cooperativista tentava recuperar-se em parte, em particular durante os anos 70 na Itália.

Hoje estamos falando de uma sociedade civil que oferece respostas. Foram apresentadas algumas experiências interessantes: a iniciativa social privada, as fundações e as cooperativas.

Não obstante, há que ressaltar um feito antigo e novo, outro tipo de resposta que está crescendo. É a resposta dos novos moradores de favelas e de comunidades que estão reaparecendo de forma generalizada em nossas cidades na Itália e em vários países europeus. Não há um dia em que não haja notícias de despejo de romenos ou imigrantes de outras nacionalidades que vivem acampados à beira de um rio, debaixo de pontes, em cavernas e em áreas abandonadas onde construíram um refúgio precário. Estamos falando da mesma resposta de autoconstrução que os imigrantes pobres de nosso pós-guerra realizaram construindo os povoados e outros assentamentos ilegais na periferia das grandes cidades onde encontraram trabalho.

Agora a construção ilegal é retomada pelos novos migrantes mas enquanto que nos anos 70-80 afinal se conseguia uma anistia urbanística, em nossos dias parece que os únicos magistrados de urbanismo de plantão permanentemente em nossas administrações municipais são os tratores. Trata-se de uma resposta repressiva completamente errônea, além de ilegal, cujas consequências são graves sob vários pontos de vista.

Ao contrário, deveríamos tentar de alguma maneira valorizar a vontade de reunificar a identidade morador-construtor implícita neste desconhecido movimento dos migrantes pobres.

Hoje chega a mil milhões o número de pessoas que dispõem de uma moradia precária ou carecem de teto, o que demonstra como as políticas neoliberais estão fazendo fracassar inclusive os Objetivos do Milênio. Efetivamente, a previsão é que os habitantes de moradias precárias e os sem-teto aumentarão em 700 milhões daqui até o ano 2020, enquanto que o Objetivo nº 7-11 compromete os governos a melhorar as condições habitacionais de ao menos 100 milhões de pessoas. E isto ocorre também graças ao que acontece em nossos países, ricos porém inóspitos, que não se envergonham de mostrar esta moderna e estridente contradição: por um lado, as barracas, por outro, casas sem gente e gente sem casa.

Estamos falando de milhões de pessoas e milhões de alojamentos que representam vontades que deveriam encontrar-se. Mas isto não acontece se é livre o jogo entre as partes mas as partes não têm igual força de negociação.

Felizmente, há algumas alternativas que se põem em prática. Já ouvimos algumas coisas, e outras se dirão nas intervenções da tarde. Destas, gostaria de sublinhar o que acontece em Buenos Aires, onde milhares de moradias estão ocupadas e são auto-recuperadas. Ou então do Brasil, onde não há só favelas, mas também importantes políticas de requalificação e titularidade do solo, inclusive a experiência de reutilização de imóveis privados ocupados, como o caso Prestes Maya em São Paulo.

Na Europa nos referimos a iniciativas históricas, como por exemplo Christiania, a grande vila auto-gerenciada e auto-recuperada no coração da capital dinamarquesa, que na verdade foi colocada seriamente em discussão por parte de alguns projetos governamentais. Mas também fazemos referência às experiências realizadas pela cooperativa Cobijo, em Madri, ou pelas “ocupações à bolonhesa” (em auto-recuperação), por Solidarités Nouvelles na Bélgica ou por Poortgebouw em Roterdã. Trata-se de compreender que a alternativa de auto-recuperação e autoconstrução social das áreas e dos imóveis inutilizados pode reafirmar o valor de uso partindo do direito à moradia. E à maneira em que uma política de apoio pode contribuir para fazer reaparecer o morador-construtor.

Há que ressaltar que se encoraja um novo tipo de serviço público de habitação, não um maior desinteresse do setor público, mas sua mudança.

Esta é a questão de fundo pela qual nós da Aliança Internacional de Habitantes temos colaborado na pesquisa-ação sobre a moradia popular na Europa³, o fundamento científico deste congresso⁴. Com efeito, acreditamos na aliança que se constrói no confronto entre as exigências e as propostas da sociedade civil e das instituições. Aliança que se baseia no reconhecimento de uma autonomia recíproca e que pode levar também a formas de conflito. Conflitos que se instalaram também em Roma, ainda que, com um pouco de pudor, quem me precedeu tenha falado genericamente dos imóveis “utilizados” e das escolas ocupadas com base em algum direito. Estamos falando de escolas abandonadas, e ocupadas “ilegalmente”, que ofereciam uma resposta legítima ante uma emergência à qual as instituições não queriam ou não podiam dar uma resposta.

Desde então temos dados passos adiante, com a regularização, a convocatória, a lei regional de apoio à auto-recuperação graças às cooperativas. Portanto, estes conflitos permitiram a construção de uma nova dimensão das alianças e das respostas, também institucionais.

Houve, por conseguinte, resultados. Trata-se então de compreender como esta nova qualidade política pode tomar pé tendo consciência das potencialidades transformadoras das reivindicações, e de como pode amadurecer a nova fase das cooperativas de moradias populares em auto-recuperação ou auto-construção.

³ Coordenada pelo professor Yann Maury, Cf. les cahiers du CPVS. Oct. 2006. Le logement populaire à Londres, Rome, Berlin, Barcelone. Le rôle des associations. 85 pages

⁴Organizado junto com o Ministerio de la solidaridad social, la Región Lazio y el Ayuntamiento de Roma.

Destaco o termo cooperativas porque gosto de pensar que se trata de um processo de cooperação, ou seja, de ajuda mútua que se baseia em princípios de solidariedade, mais do que de auto-ajuda ou de auto-construção em sentido genérico.

Será interessante saber como se desenvolve o debate e como se desenvolverá a discussão sobre o futuro. Entretanto, seria errôneo afirmar que tudo vai bem e que todos estamos do mesmo lado. Certamente, todos nós temos desenvolvido uma sensibilidade e um ponto de vista comum, mas as respostas são distintas.

Por isto considero que deveríamos encontrar a maneira de dialogar e atuar nesta nova fase, tentando estender o reconhecimento da proposta a nível local. Em alguns casos se consegui: há 15 anos em Bolonha, alguma coisa na Toscana, algo na região do Vêneto, há pouco tempo na Lombardia e não tão recentemente mas de forma mais orgânica na região do Lazio.

E agora está por revelar-se a nível nacional, já que desta vez podemos contar também com o Ministro da Solidariedade Social, que afirmou seu compromisso neste nível.

Mas isto não é suficiente. Há um nível europeu que, neste último período, está atuando de forma inversa ao que esperamos. Com efeito, a União Européia se considera um grande mercado e neste as diretrizes, em particular a Bolkestein, também estão limitando muito as possibilidades do setor público da habitação. Por isto, nosso compromisso também existe a este nível, de modo que, também graças ao movimento das cooperativas de auto-recuperação e auto-construção, se possam relançar as políticas públicas de construção a nível da União Européia.

Em uma nova fase estamos construindo um espaço comum que requer princípios compartilhados, especialmente ao sublinhar fortemente o direito à moradia, para obter um marco legal e financeiro que garanta o valor de uso, que garanta a inclusão e a segurança da moradia como fatores prioritários em relação a outros, também respeitáveis, como o direito à propriedade.

Neste caminho valorizamos o aspecto social e a finalidade: a solidariedade como motor dos laços, as práticas, as políticas e a construção de comunidades. O direito à cidade como marco legal que favoreça a reapropriação urbana por parte dos cidadãos entendidos como habitantes, e não só como usuários, habitantes enquanto construtores da cidade, entendida como *res publica*.

Independência, análise, iniciativa que, partindo do respeito aos princípios comuns, pode construir uma aliança, pode construir novos equilíbrios. Por este motivo, a Aliança Internacional de Habitantes considera necessário construirmos juntos um espaço europeu, melhor dizendo, internacional, para trocar experiências, definir análises, realizar iniciativas neste terreno.

Hoje estamos realizando a primeira etapa importante, que está produzindo conhecimentos, fazendo-nos entrar nos mecanismos concretos, refutando assim o desconhecimento e os mitos negativos e proporcionando em troca dados e contribuições positivas.

A propósito, gostaria de comparar duas intervenções. Enquanto o presidente da Federcasa⁵ afirma não ser possível a auto-recuperação do patrimônio público, ao contrário a Prefeitura de Roma, com uma situação normativa muito mais complicada, demonstra que foi possível intervir, considero que de forma magistral. É assim que seria possível superar certos bloqueios, neste caso motivados pela falta de conhecimento, a menos que não haja outros tipos de bloqueios devido a interesses que se chocam com o ponto de vista do auto-gerenciamento.

Não obstante, sou otimista com respeito à possibilidade de discutir as diferentes estratégias se conseguirmos compartilhar um espaço comum capaz de fazer-nos dialogar em vários níveis.

Do mesmo modo, teremos que comprometer-nos muito mais para ser tão otimistas, para poder definir novas políticas de apoio, iniciando para isto uma grande discussão comum, articulada a um nível local, nacional e europeu.

Para concluir, algumas propostas e agenda.

Em primeiro lugar, é necessário um censo das cooperativas populares de moradia e das áreas que se poderiam colocar à disposição, começando por aquelas pertencentes ao patrimônio militar em desmantelamento, realizar uma análise das normativas de apoio, um censo dos recursos disponíveis.

Evidentemente, isto não é suficiente, porque é necessária uma normativa de apoio. Por exemplo, lanço como uma provocação concreta e seria para integrar melhor o conceito de auto-recuperação/auto-construção, partindo do reconhecimento pleno desta atividade.

Somente um tema: por que não estudamos uma norma que conceda períodos sabáticos, ou seja, uma retribuição sem limitação do trabalho, às pessoas que queiram auto-construir ou auto-recuperar sua própria moradia? Considero que custaria muito menos que financiar uma moradia e que além disso se realizaria uma operação de bem-estar social muito mais integradora e de qualidade.

As próximas etapas deste debate: em novembro de 2007 com os Estados gerais europeus pelo direito à moradia e à cidade⁶. Estamos propondo há meses e creio que, quando nos encontrarmos em Bruxelas, deveriam estar não só as experiências levadas a cabo pelas cooperativas e entes locais, mas também as propostas dos governos, de maneira que possamos propor com mais força as competências tanto normativas quando financeiras, incluindo o reconhecimento do direito à moradia na Constituição européia.

Isto deveria permitir que nos encontremos novamente daqui a um certo tempo, espero que em uma situação muito mais avançada.

⁵ Federação italiana que coordena os gestores de moradias sociais.

⁶ O direito à moradia bate à porta da Europa:

http://esp.habitants.org/info/desde_los_habitantes/european_general_states